



## ANEXO I - PROJETO BÁSICO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22070002/24

### 1. DO OBJETO

**1.1. CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL, DO PLANO DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS E DA POLÍTICA DE GESTÃO DE ESTOQUES JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA/CE.**

1.2. A contratação será dívida em Item(s), conforme tabela constante abaixo:

| SEQ | DESCRIÇÃO   | QTD | UND     | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL   |
|-----|---|-----|---------|----------------|---------------|
| 01  | <b>SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA ADMINISTRATIVA.</b> Especificação: serviços de consultoria para a elaboração do planejamento estratégico, do plano de logística sustentável, do plano de gestão por competências e da política de gestão de estoques. | 01  | Serviço | R\$ 56.080,00  | R\$ 56.080,00 |

1.3. Da descrição dos serviços a serem executados:

### 1.4. Planejamento Estratégico

#### 1.4.1. Diagnóstico Institucional

##### 1.4.1.1. Análise da Situação Atual

1.4.1.1.1. Estrutura Organizacional: Avaliar a hierarquia e a distribuição de responsabilidades dentro da Câmara Municipal. Identificar a eficácia das atuais linhas de comando e comunicação.

1.4.1.1.2. Processos Internos: Mapear todos os processos administrativos, legislativos e operacionais. Avaliar a eficiência, identificar gargalos e redundâncias.

1.4.1.1.3. Recursos Humanos: Analisar o perfil dos servidores, incluindo qualificações, capacitações e distribuição de funções. Avaliar a satisfação e o clima organizacional.

1.4.1.1.4. Recursos Tecnológicos: Examinar a infraestrutura tecnológica, incluindo hardware, software e sistemas de informação. Avaliar a adequação e a atualização tecnológica em relação às necessidades institucionais.

1.4.1.1.5. Recursos Financeiros: Revisar o orçamento, fluxo de caixa, fontes de receita e despesas. Analisar a sustentabilidade financeira e identificar áreas para otimização de recursos.

Identificação de Pontos Fortes, Fracos, Oportunidades e Ameaças

1.4.1.1.6. Pontos Fortes: Identificar os aspectos internos que contribuem para o bom desempenho da Câmara, como habilidades específicas dos servidores, recursos tecnológicos avançados ou processos eficientes.

1.4.1.1.7. Pontos Fracos: Detectar as áreas internas que necessitam de melhorias, como falta de capacitação, infraestrutura inadequada ou processos burocráticos.

1.4.1.1.8. Oportunidades: Reconhecer fatores externos que a Câmara pode aproveitar para melhorar seu desempenho, como novas legislações favoráveis, parcerias estratégicas ou tecnologias emergentes.



1.4.1.1.9. Ameaças: Identificar riscos externos que podem impactar negativamente a Câmara, como mudanças legislativas desfavoráveis, crises econômicas ou pressão social.

## **1.4.2. Definição de Diretrizes Estratégicas**

### **1.4.2.1. Revisão da Missão, Visão e Valores**

1.4.2.1.1. Missão: Auxiliar na definição clara da razão de ser da Câmara, focando em seu papel e responsabilidade perante a sociedade.

1.4.2.1.2. Visão: Estabelecer a visão de futuro da Câmara, delineando onde a instituição deseja chegar em um horizonte de longo prazo.

1.4.2.1.3. Valores: Identificar e validar os princípios éticos e culturais que orientarão as ações e decisões da Câmara.

### **1.4.3. Estabelecimento de Objetivos Estratégicos**

1.4.3.1. Objetivos de Curto, Médio e Longo Prazo: Determinar objetivos mensuráveis e atingíveis, alinhados às diretrizes institucionais e às demandas da sociedade.

1.4.3.2. Alinhamento com Políticas Públicas: Garantir que os objetivos estratégicos estejam alinhados com as políticas públicas municipais, estaduais e federais.

### **1.4.4. Desenvolvimento de Planos de Ação**

#### **1.4.4.1. Criação de Planos de Ação Detalhados**

1.4.4.1.1. Atividades: Detalhar todas as atividades necessárias para alcançar cada objetivo estratégico, especificando as etapas a serem seguidas.

1.4.4.1.2. Responsáveis: Designar responsáveis por cada atividade, garantindo a clareza na atribuição de responsabilidades.

1.4.4.1.3. Prazos: Estabelecer prazos realistas e alcançáveis para a execução de cada atividade, promovendo a eficiência e o cumprimento dos objetivos.

1.4.4.1.4. Indicadores de Desempenho: Definir indicadores quantitativos e qualitativos para monitorar o progresso das atividades e avaliar os resultados.

1.4.4.1.5. Recursos Necessários: Identificar e alocar os recursos humanos, financeiros e materiais necessários para a execução dos planos de ação.

### **1.4.5. Plano de Logística Sustentável**

#### **1.4.5.1. Diagnóstico Institucional**

##### **1.4.5.1.1. Análise da Situação Atual**

1.4.5.1.2. Estrutura Organizacional: Avaliar a hierarquia e a distribuição de responsabilidades relacionadas à logística na Câmara Municipal. Identificar a eficácia das atuais linhas de comando e comunicação.

1.4.5.1.3. Processos Internos: Mapear todos os processos logísticos, incluindo aquisição, armazenamento, distribuição e descarte de materiais. Avaliar a eficiência, identificar gargalos e redundâncias.

1.4.5.1.4. Recursos Humanos: Analisar o perfil dos servidores envolvidos nas atividades logísticas, incluindo qualificações e capacitações. Avaliar a satisfação e o clima organizacional.

1.4.5.1.5. Recursos Tecnológicos: Examinar a infraestrutura tecnológica utilizada na gestão logística, incluindo sistemas de informação e tecnologias de automação. Avaliar a adequação e a atualização tecnológica.



1.4.5.1.6. Recursos Financeiros: Revisar os custos e orçamentos associados às atividades logísticas. Analisar a sustentabilidade financeira e identificar áreas para otimização de recursos.

Identificação de Pontos Fortes, Fracos, Oportunidades e Ameaças (SWOT)

1.4.5.1.7. Pontos Fortes: Identificar os aspectos internos que contribuem para uma logística eficiente, como habilidades específicas dos servidores, tecnologias avançadas ou processos bem estabelecidos.

1.4.5.1.8. Pontos Fracos: Detectar as áreas internas que necessitam de melhorias, como falta de capacitação, infraestrutura inadequada ou processos burocráticos.

1.4.5.1.9. Oportunidades: Reconhecer fatores externos que a Câmara pode aproveitar para melhorar sua logística sustentável, como novas tecnologias, parcerias estratégicas ou incentivos governamentais.

1.4.5.1.10. Ameaças: Identificar riscos externos que podem impactar negativamente a logística, como mudanças regulatórias, crises econômicas ou problemas ambientais.

## **1.4.6. Definição de Diretrizes Estratégicas**

### **1.4.6.1. Revisão da Missão, Visão e Valores**

1.4.6.1.1. Missão: Auxiliar na definição clara da missão da logística sustentável, focando em sua importância para a eficiência e sustentabilidade da Câmara.

1.4.6.1.2. Visão: Estabelecer a visão de futuro para a logística sustentável, delineando onde a instituição deseja chegar em um horizonte de longo prazo.

1.4.6.1.3. Valores: Identificar e validar os princípios éticos e culturais que orientarão as ações e decisões na gestão logística sustentável.

### **1.4.7. Estabelecimento de Objetivos Estratégicos**

1.4.7.1. Objetivos de Curto, Médio e Longo Prazo: Determinar objetivos mensuráveis e atingíveis, alinhados às diretrizes institucionais e aos princípios de sustentabilidade.

1.4.7.2. Alinhamento com Políticas Públicas: Garantir que os objetivos estratégicos estejam alinhados com as políticas públicas de sustentabilidade em nível municipal, estadual e federal.

### **1.4.8. Desenvolvimento de Planos de Ação**

#### **1.4.8.1. Criação de Planos de Ação Detalhados**

1.4.8.1.1. Atividades: Detalhar todas as atividades necessárias para alcançar cada objetivo estratégico, especificando as etapas a serem seguidas.

1.4.8.1.2. Responsáveis: Designar responsáveis por cada atividade, garantindo a clareza na atribuição de responsabilidades.

1.4.8.1.3. Prazos: Estabelecer prazos realistas e alcançáveis para a execução de cada atividade, promovendo a eficiência e o cumprimento dos objetivos.

1.4.8.1.4. Indicadores de Desempenho: Definir indicadores quantitativos e qualitativos para monitorar o progresso das atividades e avaliar os resultados.

1.4.8.1.4. Recursos Necessários: Identificar e alocar os recursos humanos, financeiros e materiais necessários para a execução dos planos de ação.

### **1.4.9. Plano de Gestão por Competências**

#### **1.4.9.1. Diagnóstico Institucional**

##### **1.4.9.1.1. Análise da Situação Atual**



1.4.9.1.2. Estrutura Organizacional: Avaliar a hierarquia e a distribuição de responsabilidades na Câmara Municipal, especialmente no que tange à gestão de competências. Identificar a eficácia das atuais linhas de comando e comunicação.

1.4.9.1.3. Processos Internos: Mapear todos os processos administrativos, legislativos e operacionais. Avaliar a eficiência, identificar gargalos e redundâncias.

1.4.9.1.4. Recursos Humanos: Analisar o perfil dos servidores, incluindo qualificações, capacitações e distribuição de funções. Avaliar a satisfação e o clima organizacional.

1.4.9.1.5. Competências Existentes: Identificar e documentar as competências atuais dos servidores, incluindo conhecimentos, habilidades e atitudes.

1.4.9.1.6. Recursos Tecnológicos: Examinar a infraestrutura tecnológica utilizada na gestão de competências, incluindo sistemas de informação e ferramentas de automação. Avaliar a adequação e a atualização tecnológica.

1.4.9.1.7. Recursos Financeiros: Revisar os custos e orçamentos associados às atividades de gestão de competências. Analisar a sustentabilidade financeira e identificar áreas para otimização de recursos.

Identificação de Pontos Fortes, Fracos, Oportunidades e Ameaças (SWOT)

1.4.9.1.8. Pontos Fortes: Identificar os aspectos internos que contribuem para uma gestão eficiente, como habilidades específicas dos servidores, tecnologias avançadas ou processos bem estabelecidos.

1.4.9.1.9. Pontos Fracos: Detectar as áreas internas que necessitam de melhorias, como falta de capacitação, infraestrutura inadequada ou processos burocráticos.

1.4.9.1.10. Oportunidades: Reconhecer fatores externos que a Câmara pode aproveitar para melhorar sua gestão de competências, como novas tecnologias, parcerias estratégicas ou incentivos governamentais.

1.4.9.1.11. Ameaças: Identificar riscos externos que podem impactar negativamente a gestão de competências, como mudanças regulatórias, crises econômicas ou problemas ambientais.

## **1.4.10. Definição de Diretrizes Estratégicas**

1.4.10.1. Revisão da Missão, Visão e Valores

1.4.10.1.1. Missão: Auxiliar na definição clara da missão da gestão por competências, focando em sua importância para a eficiência e sustentabilidade da Câmara.

1.4.10.1.2. Visão: Estabelecer a visão de futuro para a gestão por competências, delineando onde a instituição deseja chegar em um horizonte de longo prazo.

1.4.10.1.3. Valores: Identificar e validar os princípios éticos e culturais que orientarão as ações e decisões na gestão por competências.

## **1.4.11. Estabelecimento de Objetivos Estratégicos**

1.4.11.1. Objetivos de Curto, Médio e Longo Prazo: Determinar objetivos mensuráveis e atingíveis, alinhados às diretrizes institucionais e aos princípios de gestão por competências.

1.4.11.2. Alinhamento com Políticas Públicas: Garantir que os objetivos estratégicos estejam alinhados com as políticas públicas em nível municipal, estadual e federal.

## **1.4.12. Desenvolvimento de Planos de Ação**

### **1.4.12.1. Criação de Planos de Ação Detalhados**

1.4.12.1.1. Atividades: Detalhar todas as atividades necessárias para alcançar cada objetivo estratégico, especificando as etapas a serem seguidas.



1.4.12.1.2. Responsáveis: Designar responsáveis por cada atividade, garantindo a clareza na atribuição de responsabilidades.

1.4.12.1.3. Prazos: Estabelecer prazos realistas e alcançáveis para a execução de cada atividade, promovendo a eficiência e o cumprimento dos objetivos.

1.4.12.1.4. Indicadores de Desempenho: Definir indicadores quantitativos e qualitativos para monitorar o progresso das atividades e avaliar os resultados.

1.4.12.1.5. Recursos Necessários: Identificar e alocar os recursos humanos, financeiros e materiais necessários para a execução dos planos de ação.

## **1.4.13. Política de Gestão de Estoques**

### **1.4.13.1. Estabelecimento da Política de Gestão de Estoques**

#### **1.4.13.1.1. Diretrizes Gerais**

1.4.13.1.1. Minimização de Perdas, Deterioração e Obsolescência: Estabelecer políticas que assegurem a minimização de perdas, deterioração e obsolescência de materiais e insumos.

1.4.13.1.2. Níveis de Estoque Mínimos: Definir níveis de estoque que sejam os mínimos passíveis de mitigar os riscos de ruptura no suprimento, adotando-se, sempre que possível, soluções de suprimento just-in-time.

1.4.13.1.3. Custos de Gestão de Estoques: Considerar os custos de gestão de estoques nos estudos técnicos preliminares, como informação gerencial na definição do modelo de fornecimento mais efetivo.

#### **Procedimentos Operacionais**

1.4.13.1.4. Processos de Aquisição e Reposição: Desenvolver procedimentos operacionais para aquisição e reposição de estoques que garantam a eficiência e eficácia do processo logístico.

1.4.13.1.5. Tecnologias de Gestão de Estoques: Implementar tecnologias de gestão de estoques que permitam o controle e monitoramento contínuo dos níveis de estoque e do fluxo de materiais.

#### **1.4.14. Monitoramento e Avaliação**

1.4.14.1. Indicadores de Desempenho: Definir indicadores quantitativos e qualitativos para monitorar o desempenho da política de gestão de estoques.

1.4.14.2. Relatórios Periódicos: Estabelecer a periodicidade e o formato dos relatórios de monitoramento dos estoques, garantindo a transparência e a prestação de contas.

1.4.14.3. Revisões e Melhorias: Programar revisões periódicas da política de gestão de estoques para ajustar procedimentos, metas e ações conforme necessário, assegurando sua relevância e eficácia ao longo do tempo.

## **2. DA PESQUISA DE PREÇO**

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ 56.080,00 (cinquenta e seis mil e oitenta reais), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

## **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**





3.1. A contratação de uma consultoria especializada para a elaboração do Planejamento Estratégico, do Plano de Logística Sustentável, do Plano de Gestão por Competências e da Política de Gestão de Estoques é essencial para atender às necessidades específicas da Câmara Municipal de Jaguaribara. Esta contratação se justifica pela complexidade e pela necessidade de um alto nível de especialização técnica que não estão disponíveis dentro das competências dos cargos de carreira do órgão, conforme preconizado pelo artigo 48 da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). O objetivo é garantir que essas estratégias e políticas sejam desenvolvidas de forma eficaz e alinhadas com as melhores práticas de gestão e sustentabilidade, o que justifica a escolha por uma contratação externa ao invés de utilizar recursos internos, que poderiam não possuir o mesmo nível de expertise ou disponibilidade necessária para um projeto de tal magnitude e importância. A seleção de uma consultoria em detrimento da designação de múltiplas empresas para desenvolver os segmentos deste projeto se dá pela necessidade de uma abordagem integrada e coesa, evitando disparidades nos resultados e na implementação das políticas. Além disso, o artigo 49 da NLLC é considerado, uma vez que a natureza singular dos serviços justifica a contratação de um único fornecedor que possa oferecer uma visão holística e compreensiva da demanda. Importante ressaltar que a contratação observa o princípio da padronização, onde aplicável, e não se faz necessária a indicação de marca ou modelo específico de acordo com os artigos 40, inciso V, alínea 'a', e 41 da NLLC, o que assegura a observância das normativas legais pertinentes e a escolha da proposta mais vantajosa e adequada para a administração pública.

#### 4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras.

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:



(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II  
para contratação que envolva valores inferiores a ( ), no caso de outros serviços e compras

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

### 5.1. Prazo e execução:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços é até 31 de dezembro de 2024, contados do recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou Instrumento equivalente.

#### 5.1.2. Cumprida a obrigação, o objeto da licitação será recebido:

5.1.2.1. Mediante termo, os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado pelo(a) CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA para acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dezs) dias úteis da prestação do serviço.

5.1.2.2. DEFINITIVAMENTE, mediante termo, em até 15 (QUINZE) dias úteis da emissão do Termo de Recebimento Provisório, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado(s) pelo(a) CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

5.1.2.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser estendido de forma a garantir maior possibilidade ao contratante de verificação da adequação do serviço contratado.

5.1.2.2.2. O referido prazo pode ficar suspenso, ou mesmo ser prorrogado, em eventual discordância das condições de prestação e validação, de modo que a CONTRATADA faça os ajustes necessários de correção, ou apresente as justificativas pertinentes a avaliação realizada.

5.1.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) executado(s) em desacordo com os termos do Projeto Básico.



5.1.4. Se no ato da entrega do(s) serviços a nota fiscal/fatura não for aceita pela Administração, devido a irregularidades em seu preenchimento, será procedida a sua devolução para as necessárias correções. Somente após a reapresentação do documento, devidamente corrigido, e observados outros procedimentos, se necessários, procederá a Administração ao recebimento provisório do(s) serviço(s).

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;
- 6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;
- 6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 6.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;
- 6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;
- 6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- 6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;
- 6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;
- 6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;
- 6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;
- 6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:





7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;

7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;

7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;

7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;

7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;

7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;

7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;

7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;



7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;

7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;

7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou



vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.

11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de



documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \left( \frac{6}{100} \right)$

365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

## 13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988.

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.





Estado do Ceará  
Poder Legislativo

# Câmara Municipal de Jaguaribara



13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

## 14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA, na classificação econômica 0101.01.031.0001.2.001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903599 - Serviços de Consultoria, R\$ 56.080,00(cinquenta e seis mil e oitenta reais).

Jaguaribara/CE.

**EMANUELLE ALVES NUNES DIOGENES**  
MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**TAUARA LOPES SILVA**  
MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**CEUMA LIMA BORGES**  
MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

**APROVO** Projeto Básico elaborado, por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta contratação.

**MARIA JOSE MARTINS**  
ORDENADORA DE DESPESAS